

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2022-05-09

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Almeida, M. (2016). O uso do património como estratégia de atração e combate ao despovoamento. In Marluci Meneses, José Delgado Rodrigues, Dória Costa (Ed.), Congresso Ibero-Americano: património, suas matérias e imatérias - Livro de atas. Lisboa: LNEC.

Further information on publisher's website:

<http://patrima.lnec.pt/>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Almeida, M. (2016). O uso do património como estratégia de atração e combate ao despovoamento. In Marluci Meneses, José Delgado Rodrigues, Dória Costa (Ed.), Congresso Ibero-Americano: património, suas matérias e imatérias - Livro de atas. Lisboa: LNEC.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

O uso do património como estratégia de atração e combate ao despovoamento

Maria Antónia Pires de Almeida

*CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, Portugal,
mafpa@iscte.pt*

Resumo

A perda de população em grande parte do território português tem sido uma constante, especialmente desde a década de sessenta do século XX. Esta situação têm sido combatida com políticas públicas que pretendem estimular, se não a reversão da tendência, pelo menos alguma vitalidade e que não seja apenas sazonal. As estratégias locais, escolhidas de acordo com os interesses de cada território e das populações residentes, incluem maioritariamente um investimento ideológico e prático que passou a ser dirigido para os serviços, especialmente para o turismo. Tradição e património passaram a ser bens publicitados e vendidos, junto com a paisagem, o artesanato, a gastronomia e até o ambiente saudável e despoluído. Analisam-se neste texto os presidentes de câmara eleitos em 2013 e as suas estratégias, apresentando e discutindo as suas mensagens e programas políticos e verificando o peso simbólico do património no discurso e nas ações empreendidas.

Palavras-chave: Câmaras Municipais; Programas Políticos; Património; Estratégias; Atração.

Introdução

A perda de população em grande parte do território português tem sido uma constante, especialmente desde a década de sessenta do século XX. O despovoamento e a racionalização dos serviços públicos deixaram muitos territórios desprotegidos e aumentaram as desigualdades de acesso a serviços e a condições mínimas de sobrevivência. Estas situações têm sido combatidas com políticas públicas que pretendem estimular, se não a reversão da tendência, pelo menos alguma vitalidade e que não seja apenas sazonal. E com a aplicação de estratégias concertadas, não para reviver a Questão Agrária e as seculares tentativas para fixar as populações em meio rural e tornar o país autossuficiente em termos alimentares (Almeida, 2006, 2012), o que já não faz sentido num mundo globalizado, mas para fornecer às populações que ainda residem fora das cidades a qualidade de vida necessária para haver pelo menos uma situação de igualdade entre os cidadãos de todo o território.

A definição destas políticas parte necessariamente das estratégias locais, escolhidas de acordo com os interesses de cada território e das populações residentes.

A nível da administração autárquica têm sido desenvolvidas estratégias económicas e sociais para o desenvolvimento do território e das condições de vida das populações. No período de crise económica que Portugal atravessa, foram identificados cinco níveis de intervenção: 1. Políticas e fundos comunitários; 2. Políticas públicas nacionais, legislação e programas partidários; 3. Propostas e iniciativas a nível municipal e intermunicipal; 4. Associações privadas locais e regionais; 5. Empresários privados. Analisa-se aqui o nível três.

O regime democrático em Portugal instituiu a descentralização administrativa e reforçou o poder local. As elites locais, no contexto alargado de detentores de capital social simbólico (Bourdieu, 1989), com capacidade de liderança, qualificados e bem integrados na comunidade (Cepiku et al., 2016) são essenciais para promover o desenvolvimento do território, aumentar as capacidades produtivas e estimular as atividades económicas e a criação de emprego. Considerando os problemas do despovoamento e do desemprego, quais as principais estratégias dos políticos eleitos e da sociedade civil para atrair investimento, força de trabalho e financiar a economia local? Quais as diferenças entre os

projetos para os municípios rurais e urbanos? Qual o papel simbólico do património no discurso e na ação dos dirigentes autárquicos?

Até 1995 as áreas rurais foram apresentadas nos programas de governo como zonas produtivas. Desde então emergiram novos conceitos para o rural, como território, multifunção, lazer (Almeida, Melo, 2007, Carneiro et al., 2015) ou locais de conservação da natureza (Figueiredo, 2008). A maior parte dos programas políticos para as eleições autárquicas de 2013 retratou e reproduziu esta realidade. Após décadas de investimentos em infraestruturas e zonas industriais, com uso intensivo de fundos comunitários, os atuais presidentes das câmaras viraram-se para outros temas para atrair investimento e assegurar a eleição ou reeleição. Considerando as alterações demográficas nos municípios mais rurais e o desinvestimento industrial ligado à crise económica mundial e à globalização, que geraram desemprego e despovoamento, por todo o país o investimento ideológico e prático passou a ser dirigido para os serviços, especialmente para o turismo. Tradição e património passaram a ser bens publicitados e vendidos, junto com a paisagem, o artesanato, a gastronomia e até o ambiente saudável e despoluído. Esta é uma estratégia posta em prática pelas poucas elites que ainda resistem e insistem em viver nas zonas rurais, em fazer parte do tecido económico e social local e contribuir para o desenvolvimento local.

Após o estudo dos presidentes de câmara e governadores civis em Portugal entre 1936 e 2013 (Almeida, 2013, 2014), analisam-se os presidentes de câmara eleitos em 2013 e as suas estratégias. Mais especificamente, apresentam-se e discutem-se as suas mensagens e programas políticos e verifica-se o peso simbólico do património no discurso e nas ações empreendidas. A análise dos programas e mensagens políticos tem sido conduzida na Europa desde 1979 pelo Manifesto Research Group (MRG), dirigido por Ian Budge (Budge, 2001; Klingemann, 2006; Volkens, 2010). A avaliação das promessas dos políticos e dos respetivos resultados é uma parte importante do processo de decisão dos cidadãos informados. Em Portugal esta investigação tem sido realizada no projeto “Public Preferences and Policy Decision-Making. A Longitudinal and Comparative Analysis” (Belchior et al., 2015).

O trabalho prático aqui apresentado consistiu na recolha dos programas políticos dos 308 presidentes de câmara eleitos, assim como as respetivas mensagens e destaques nos *sites* institucionais e nos *sites* pessoais e dos partidos políticos, com o objetivo de verificar a utilização e frequência dos conceitos de património material e imaterial que são referidos e valorizados para promoção territorial e atração de novos residentes e turistas.

O problema do despovoamento

O território português tem enormes diferenças regionais, especificamente entre os espaços rurais e urbanos, o litoral e o interior. Lisboa tem mais de meio milhão de habitantes, enquanto o Corvo, nos Açores, tinha 430 em 2011. Mais de 37% dos concelhos (115) têm menos de 10,000 habitantes e apenas 24 (7,8%) têm mais de 100,000. A perda de população tem sido uma constante especialmente desde a década de sessenta do século XX. Comparando o censo de 2011 com o de 1960, houve um aumento de 18,82% da população total; contudo, 53 concelhos (entre eles 4 nos Açores e 2 na Madeira) perderam mais de 50% dos seus habitantes. Todos eles estão localizados nas regiões do interior, longe do litoral e com densidades demográficas tradicionalmente muito baixas. Em 1960 estes 53 concelhos tinham uma média de 15,308 habitantes, enquanto em 2011 esta média desceu para 6.400. Por exemplo, o Alentejo ocupa 41% do território português e em 2011 tinha apenas 7% da população total do país. Com o despovoamento vem o envelhecimento. Por cada 100 jovens, o Alentejo tem uma média de 186,5 idosos, o que contribui para a enorme fragilidade da região (Carvalho, 2016).

Por outro lado, 30 municípios aumentaram as suas populações mais de 80% no mesmo período, 21 duplicaram e cinco triplicaram. O Seixal, na margem sul do Tejo, aumentou a sua população 673% entre 1960 e 2011. Enquanto Lisboa perdeu 31,7% da sua população

e o Porto 21,7%, as suas áreas suburbanas cresceram consideravelmente e tornaram-se uma parte importante das respetivas áreas metropolitanas, o que pode explicar-se por fenómenos de suburbanização, transformação económica, efeito satélite e o ambiente (Guimarães et al., 2015). Também cresceram significativamente cidades industriais como Braga e a Marinha Grande.

Estratégias municipais de atração

As principais estratégias de atração de pessoas e empresas usadas pelos municípios rurais estão focadas nas famílias e no incentivo à natalidade e à fixação de jovens, no cuidado dos idosos, no turismo, na cultura e nas atividades de lazer, especialmente as que são baseadas em conceitos de história, património, paisagem, ambiente e cultura. Traduzem-se em reduções de impostos (IMI), subsídios diretos a nascimentos, criação de redes de cuidado dos idosos, em complemento às já existentes, iniciativas de turismo, certificações de produtos tradicionais e criação de património material e imaterial, feiras e festivais com incidência nos produtos locais e atrações nas áreas da música popular, entre outras. Salienta-se o investimento no ensino universitário como polo de atração de pessoas e atividade económica associada (Alves, 2015, Fernandes, 2009), a criação de redes e de associações de municípios para promoção de atividades e produtos regionais e os incentivos à participação dos cidadãos no governo local. A aplicação destes conceitos já se traduziu em resultados práticos em alguns países, provando que o investimento público em turismo e na qualidade de vida dos cidadãos tem tido um percurso positivo e ascendente (Mafrolla, D'Amico, 2016). 16). Em Portugal temos, entre outros, os exemplos de Mértola, Óbidos e Montemor-o-Novo, onde os presidentes de câmara Jorge Pulido Valente (2001-2008), Telmo Faria (2001-2013) e Carlos Pinto de Sá (1993-2012) respetivamente, têm licenciaturas em história e promoveram os seus municípios de forma dinâmica baseada no património.

Os temas recorrentes nos programas e mensagens políticos são a descentralização e a autonomia, a coesão social, o desenvolvimento sustentado, os recursos, o património e as oportunidades. Para os presidentes de câmaras mais urbanas, junto ao litoral, os termos mais usados são: redes, internacionalização, emprego, reconstrução urbana, coesão social, economia e cultura. Quanto aos municípios mais rurais e do interior, as estratégias de atração para pessoas e empresas dominam o discurso. Os emigrantes nunca são esquecidos como fontes potenciais de rendimento. Os festivais de verão e os produtos locais estão sempre presentes, assim como a formação dos jovens e as estratégias para a sua fixação nos respetivos concelhos. As tradições, os produtos e os recursos locais, tudo foi transformado em património material e imaterial, e as certificações internacionais (com a respetiva criação de marcas) tornam-se objetivos importantes a atingir. Vender a paisagem tornou-se uma forma de arte. Enfim, a realidade rural foi completamente reinventada e construída e as mensagens e os programas políticos retratam as novas definições e representações do rural.

O discurso à volta do tema inclui conceitos de desenvolvimento sustentável, de inovação com recursos locais e de qualidade de vida.

Como exemplos mais repetidos, especialmente nos concelhos mais marcados pela ruralidade, salientam-se expressões como património natural e construído, que incluem a história local, os centros históricos e a paisagem, o património industrial, a gastronomia, as potencialidades do território, a hospitalidade das suas gentes e até a qualidade do ar e dos recursos naturais.

O património no discurso político do poder local

Dos Açores a Vila Real de Santo António, a palavra património, associada a cultura e turismo, faz parte da maioria dos programas políticos apresentados pelos presidentes de

câmara eleitos em 2013. Em Santa Cruz das Flores (população em 2011: 2.289) como em Aveiro (78.450 habitantes), os discursos incluem expressões como “As nossas grandes preocupações são as pessoas, as famílias, as empresas, dinamizar e revitalizar a nossa economia, fixar pessoas, especialmente jovens, nomeadamente os qualificados, criar empregos e desenvolver o que já existe, desde o património às tradições e aos produtos locais...” e “valorização dos valores de Aveiro, na cultura e no património, no desenvolvimento económico, no espaço urbano e no ambiente (Pateira, Vouga, ria de Aveiro e mar), na Universidade de Aveiro.”

Entre as tipologias de património mais repetidas encontramos o património natural e edificado, material e imaterial, arquitetónico. A paisagem, as pessoas (ou as “nossas gentes”), a gastronomia e outros também se inserem no conceito de património. Fundamentais também as certificações internacionais, a criação de marcas locais e regionais e as classificações da UNESCO de Património Cultural Imaterial da Humanidade, como sucedeu com o fado em 2011, com a dieta mediterrânica em 2013 (incluindo Portugal, Chipre, Croácia, Espanha, Grécia, Itália e Marrocos), o cante alentejano em 2014 ou a manufatura dos chocalhos em 2015 (<https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-imaterial-em-portugal>).

Apresentam-se aqui alguns exemplos do uso do património no discurso político local, os quais pretendem demonstrar a diversidade regional e a multiplicidade das definições associadas ao conceito. Distinguem-se os discursos dos municípios mais rurais dos mais urbanos, centro de distrito e interior. As cidades não salientam com tanta intensidade esses aspetos como as vilas rurais. Nos programas dos autarcas dos concelhos de maior densidade demográfica, apesar de referirem temas relacionados com o património, esse não é de todo o tema central do discurso, como acontece nos programas dos municípios de concelhos mais pequenos, onde é maior a necessidade de atrair turistas e aumentar a população. Por exemplo, no programa do Partido Socialista (PS) para Lisboa o tema é abordado poucas vezes, uma delas em referência às lojas históricas como “um património cultural da cidade.” Em princípio o património edificado é da responsabilidade de outras instituições, como por exemplo os museus nacionais que dependem do Ministério da Cultura, e não das próprias câmaras. E os restantes tipos de património ficam mais sob a alçada de campanhas publicitárias e turísticas, do que dos programas políticos dos autarcas. Enquanto em Lisboa os autarcas não têm necessidade de exaltar o pastel de nata como símbolo da cidade, os dos municípios rurais incluem os “tesouros” gastronómicos locais no património a preservar e a divulgar. É o caso de António José Pires Almor Branco, presidente da câmara de Mirandela, que incluiu no seu programa as “deslumbrantes paisagens naturais, num relevo rasgado pelo rio Tua e pautado pela geometria, dir-se-ia quase rigorosa dos seus olivais”, além dos produtos hortícolas, o mel, o queijo ou mesmo o vinho, e a “alheira de Mirandela, verdadeiro ícone local e elemento essencial da economia e sustentabilidade do concelho”. Ou de Armando da Silva Mourisco, que em Cinfães atribuiu um subsídio direto aos produtores da raça arouquesa, um dos seus mais valiosos patrimónios.

Já em Loures pretende-se dignificar um património que nunca teve a atenção que atualmente se considera que merece. Do discurso de Bernardino Soares salienta-se: “Dar ao concelho o peso que exigem os seus mais de 200.000 habitantes, a sua centralidade, a sua riqueza produtiva, o seu património e cultura. Este Concelho não é, não pode ser, um mero quintal dormitório de Lisboa; tem de conquistar uma dinâmica e um espaço próprios, inserido na Área Metropolitana em que nos encontramos. Tem uma identidade ligada às características do seu território e do seu tecido económico e social: ao carácter fortemente urbano de muitas zonas, de génese antiga ou mais recente, ao peso da indústria e dos serviços noutras, ao mundo rural que aqui persiste, sobretudo na zona norte, e que se liga a importantes atividades do sector primário. Essa identidade multifacetada tem de ser valorizada pelo município e estar presente na política autárquica.”

Também em Santa Maria da Feira Emídio Sousa refere um “novo ciclo de desenvolvimento, reforçando a qualidade de vida em todo o concelho. (...) grandes desafios o emprego e o desenvolvimento económico, que devem mobilizar todos os esforços do Município. (...) conto com os 140.000 feirenses para este novo ciclo de desenvolvimento, focado nas pessoas, no imaterial, naquilo que não é visível no imediato.” E em São João da Madeira Ricardo Figueiredo menciona o “Desenvolvimento Económico e Inovação, Ambiente e Turismo, com responsabilidade direta em iniciativas como a incubadora de empresas tecnológicas Sanjotec, o projeto dos ‘Circuitos pelo Património Industrial’ e o IV Congresso Europeu do Turismo Industrial”.

Entre as cidades de dimensão média o património adquire um peso mais considerável no discurso político e o objetivo da atração turística torna-se mais evidente: em Fafe, Raul Jorge Fernandes da Cunha acentua que “Basta olhar e perceber o património arquitetónico, paisagístico e natural que nos envolve e nos enche de orgulho. Os nossos monumentos, legado deixado pelos brasileiros, que faz com que sejamos conhecidos como a cidade mais brasileira de Portugal, os nossos museus, as nossas paisagens, a barragem de Queimadela (...) ou mesmo na vitela assada, um dos *ex-libris*, que traz muitos apreciadores a Fafe, para se deliciarem com a nossa gastronomia. Mas, a sala de visitas do Minho tem ainda para mostrar aldeias com paisagens únicas, cavalos selvagens, cascatas, percursos pedestres para os que gostam de caminhar e locais de caça para amantes deste desporto. Não passe pelo Minho sem visitar Fafe, terra de gente acolhedora, pessoas trabalhadoras e de paisagens fantásticas!” Por seu lado, em Guimarães, Domingos Bragança Salgado, na sua condição de presidente da câmara do “Berço de Portugal”, almeja o reconhecimento da sua cidade a “Capital Verde Europeia 2020” e à classificação de “Património Cultural da Humanidade”, devido a “saber receber bem” e ao trabalho de “reabilitação patrimonial, conhecimento e investigação, criando valor económico...”

Na Covilhã, Vitor Manuel Pinheiro Pereira: “Quero afirmar o orgulho que temos no nosso passado, como cidade operária e industrial com um passado grandioso, respeitado e reconhecido, conquistado a pulso pelo esforço e dedicação de muitas gerações de Covilhanenses ilustres e anónimos que fizeram da nossa terra o principal motor de desenvolvimento da região e um dos mais importantes do Interior do país. (...) A Exposição de Arte Nova, que decorre até ao final do ano no Museu de Arte e Cultura da Covilhã e que inaugura também o Itinerário de Arte Nova na nossa cidade, valorizando assim um património que temos e que estava esquecido e subaproveitado. (...) A aposta cultural passa também pela preservação do património imaterial da cidade que é riquíssimo e que, a bem da nossa terra, temos o dever e a obrigação de preservar, valorizar e divulgar! Iremos apostar no turismo, como uma importante fonte de rendimento do concelho! No privilégio de ser a principal porta de entrada na nossa Serra da Estrela, mas também no potencial do turismo de natureza, do turismo de saúde e do turismo de neve. Dar a mão aos produtos regionais e seus produtores...”

E em Peniche o património está associado aos “tesouros” das suas praias e das ondas do mar. Do discurso de António José Ferreira Sousa Correia Santos salienta-se: “O concelho de Peniche possui um rico e vasto Património Natural, proporcionando aos seus munícipes e a todos aqueles que nos visitam, uma elevada qualidade de vida em constante comunhão com a Natureza. Do seu Património Natural, elemento de atração e diferenciador do seu território relativamente à região Oeste onde se insere, destaca-se a Reserva Natural das Berlengas – uma das únicas reservas naturais marinhas de Portugal – e as formações geológicas com inegável importância mundial, como é o caso da Ponta do Trovão. Fruto do forte investimento efetuado em obras de saneamento, preservação ambiental e promoção da acessibilidade para todos, as praias do concelho de Peniche são detentoras de qualidade de Ouro (Baleal Norte, Consolação, Cova de Alfarroba e Gamboa), da Bandeira Azul (Baleal Norte, Baleal Sul, Consolação, Medão-Supertubos, Cova de Alfarroba e Gamboa) e Praias Acessíveis (Baleal Sul e Supertubos), sendo um excelente cartão-de-visita para quem escolhe este território para desfrutar das merecidas férias. O concelho de Peniche tem vindo

a afirmar-se cada vez mais como a Capital da Onda, sendo tal designação sustentada pelas inegáveis condições naturais, pela diversidade de locais de excelência para a prática de desportos da fileira da onda e pela multiplicidade de eventos que anualmente são desenvolvidos com o apoio do Município. (...) As ondas de Peniche têm vindo a ser exploradas para o aproveitamento energético (energia das ondas), constituindo um claro contributo para assuntos tão importantes como o desenvolvimento sustentável, uma aposta do município de Peniche, que tem vindo a preservar e valorizar os seus tesouros – recursos naturais, e cujas boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas, valorizando um conjunto de aspetos considerados fundamentais à construção do desenvolvimento sustentável e alicerçados na educação no sentido da sustentabilidade e na qualidade ambiental, foram reconhecidas com a atribuição em 2009 da Bandeira ECO XXI. As gentes de Peniche desde sempre se dedicaram à pesca e muito do seu património cultural reflete essa mesma atividade. O artesanato com as rendas de bilros e a gastronomia baseada no peixe e no marisco. Em complemento ao mar, o território do concelho de Peniche possui paisagens com traços de genuína ruralidade, na qual se inclui a albufeira do rio São Domingos, local apropriado para a prática de atividades fluviais e de desportos de natureza. As suas hortas, que abastecem os mercados nacionais dos melhores produtos hortícolas, conferem igualmente uma paisagem de ruralidade bem característica deste território. Em suma, Peniche é inegavelmente um território ideal para viver e ser visitado por todos, não só durante o verão, mas durante todo o ano.”

Os autarcas de grande parte dos concelhos mais rurais e de reduzida população acentuam o discurso ligado ao património, que tem maior centralidade nos programas políticos apresentados e cujas referências e significados se multiplicam. Por exemplo, em Idanha-a-Nova, Armindo Moreira da Palma Jacinto tem feito um trabalho importante na área dos festivais (*Boom*, entre outros) e da atração de novas famílias para a “vida no campo”: os programas “Idanha Green Valley” e “Idanha Experimenta” incentivam a transição da vida da cidade para o campo, para que esta “seja tão tranquila como as nossas paisagens”. No seu discurso repetem-se as referências ao património e às tradições: “A par com o património cultural de Monsanto, o património histórico de Idanha-a-Velha ou mesmo pré-histórico de Penha Garcia, emergem vilas e aldeias munidas de modernas infraestruturas e inovação. Com muito sacrifício e esforço, os idanhenses criaram ao longo do tempo todas as condições para o desenvolvimento, sem que esta modernidade pusesse em risco a pureza natural e a tradição deste município histórico-cultural.” (...). Uma vida no campo diferenciadora, com inovação e oportunidades. É da terra que vem a nossa identidade e é dela que provém a nossa inspiração e força para crescer. (...). É aqui que encontra o potencial ilimitado para concretizar os seus projetos, formar uma família e usufruir de uma qualidade de vida inigualável.”

Na Sertã, José Farinha Nunes quer “um concelho que proteja e melhore a floresta e que conserve e não deixe ruir o seu património arquitetónico, histórico e cultural.” Em Vale de Cambra, José Alberto Pinheiro e Silva inclui diversos fatores no seu conceito de património: “Pela nossa indústria de referência nacional e mundial ao nível de matérias como a madeira, o *inox* e as embalagens metálicas, mas também pela nossa agricultura que ainda hoje se destaca ao longo de uma paisagem verde e natural, bem através de um vasto património imaterial e edificado, e acima de tudo, pela nossa forte tradição laboral e caráter de gente de trabalho e espírito de missão, Vale de Cambra é, hoje, um concelho de referência na região norte do distrito de Aveiro. Oferecemos, de braços abertos, e com hospitalidade a quem nos visita, a nossa gastronomia, o nosso vinho verde, o nosso mel e queijos de renome em todo o país, que fazem com que este seja o vale berço dos laticínios. Mas muito ainda há por fazer e hoje apostamos fortemente no turismo, alicerçado no nosso património e nas nossas tradições ímpares, procurando tirar partido da nossa localização que nos permite afirmarmos-nos como a ‘porta das Montanhas Mágicas’, à entrada de quem sobe as serras que nos circunda, e também, por outro lado, como convite para o litoral a meio caminho entre as cidades do Porto e Aveiro.”

Em Aljustrel, o discurso de Nelson Domingos Brito diversifica cada vez mais o conceito de património, neste caso especialmente ligado às minas do concelho: “forte tradição mineira, agricultura, património natural e edificado e principalmente pelo carácter das nossas gentes, habituadas a trabalhar com afinco e a receber com amizade (...) Apostamos também na potenciação da atividade turística alicerçada no ímpar património natural e edificado, com forte destaque para a rentabilização do riquíssimo e peculiar património mineiro de Aljustrel e do maravilhoso espelho de água da barragem do Roxo...”

Em Amares, Manuel da Rocha Moreira salienta: “Amares como um território único com uma riqueza que está para além das imensas potencialidades do seu património histórico, cultural e ambiental, cuja identidade pretendemos estimular e afirmar através da valorização dos produtos locais e tradições. Uma riqueza que se alicerça, também, no valor e capacidades das pessoas. Contamos com todos para a construção de um concelho com uma crescente qualidade de vida. (...) vejo nas Gentes de Amares um manancial de capacidades e valores que urge desenvolver.”

Em Celorico de Basto, Joaquim Monteiro da Mota e Silva: “Dispomos de um património natural e edificado particular que, por si só, se mostra como um estímulo para conhecer Celorico de Basto. Destaco os inúmeros solares e jardins de camélias, o mosteiro e o castelo de Arnoia, o vasto e rico património religioso, a gastronomia e os vinhos, os espaços verdes, os miradouros com paisagens de perder de vista... Celorico de Basto dispõe de um património de encantar que inebria quem o visita!”

Em Terras de Bouro, Joaquim José Cracel Viana acentua o reconhecimento da marca “Gerês”: “Da sua história destaca-se a presença romana, testemunhada na ‘Estrada da Geira’ (via Romana XVIII) e nos seus marcos miliários, reconhecidos como património nacional. A sua cultura ancestral é marcada pelas tradições rurais, pelos cantares e danças populares, por festas e romarias. Conhecer este concelho implica percorrer os trilhos pedestres de pastores e agricultores, apreciar a ruralidade das aldeias e o artesanato local, reviver o passado histórico e etnográfico no núcleo museológico do Campo do Gerês, pernoitar nas casas de turismo rural ou nos hotéis e residenciais, saborear a gastronomia, sentir o encanto do Parque Nacional da Peneda-Gerês e das albufeiras da Caniçada e de Vilarinho da Furna, ‘curar-se’ na vila termal do Gerês e viver a fé do povo no santuário de S. Bento da Porta Aberta. (...). Vive aqui um povo lutador, honrado e resistente, orgulhoso do passado e com os olhos no futuro, que sabe receber quem vier por bem. (...) Terras de Bouro merece e espera a sua visita. O nosso património rural, cultural, ambiental, paisagístico, termal e religioso está à sua espera. Entre no paraíso!”

Em Carrazeda de Ansiães, José Luís Correia aproveita a certificação do Alto Douro Vinhateiro como Património da Humanidade para promover o seu concelho: “Para se deliciar com as maravilhas da natureza e com o milagre do Douro, construído pelos antepassados durante séculos, temos alguns miradouros sobranceiros à faixa do território do Alto Douro Vinhateiro. Venha conhecer a nossa gente simples, hospitaleira e trabalhadora que espera por si.”

Em Freixo de Espada à Cinta, Maria do Céu Quintas começa a mensagem no *site* institucional da câmara com a recomendação de “uma visita ao nosso património arquitetónico. A nossa igreja matriz (...) um roteiro pelas várias igrejas e capelas do nosso concelho. Em todas elas o amigo visitante poderá encontrar pormenores únicos de arte religiosa como por exemplo o altar em talha da igreja de Fornos e pinturas de grande valor na de Mazouco. Visite a nossa torre heptagonal, de refinada construção a que o povo chama de ‘Torre do Galo’ (...) Ao percorrer as ruas da Vila de Freixo, ficará caro visitante com a impressão de estar a visitar um verdadeiro museu, tal é a quantidade de portas e janelas de estilo manuelino. Para apreciar a nossa paisagem que é única, está ao dispor do visitante uma rede de miradouros onde poderá ver as águias pelas costas e os abutres do Egito. (...). Que dizer dum passeio Douro-acima em barco panorâmico, espetáculo único entre penedos a pique onde vivem aves de rapina e a cegonha preta. Aí se vê o trabalho

ciclópico de homens que transformaram as arribas em socalcos cultivados de laranjais e olivais.”

Para Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o autarca de Torre de Moncorvo, “A grande aposta deste executivo para o futuro é o turismo. Torre de Moncorvo dispõe de um património cultural edificado, histórico, e arqueológico vastíssimo e valiosíssimo. (...). Para complementar a oferta no centro histórico estamos a preparar um museu de interpretação de arte barroca e com aquisição da antiga sinagoga, pretendemos criar um Centro de Estudo Judaicos, para além da recém-criada rota dos Judeus de Moncorvo. Dispomos também de belíssimas paisagens naturais e pretendemos ser a porta de entrada dos turistas do Douro nos futuros lagos do Sabor. Sendo o concelho com maior produção de amêndoa do país, estamos também empenhados que esta cultura seja reconhecida a nível internacional, através da certificação deste produto e das tradicionais amêndoas cobertas de Moncorvo.”

Em Vila de Rei, Ricardo Jorge Martins Aires coloca o foco na cidadania, mencionando que pretende a “preservação das nossas tradições e património para uma melhor e maior cidadania.”

E em Manteigas, José Manuel Custódia Biscaia colocou no seu programa a “Recuperação do património municipal edificado.”

Referem-se também alguns exemplos de cooperação intermunicipal para um objetivo comum na área do aproveitamento turístico do património. Penela pertence à rede de Aldeias do Xisto e o seu presidente de câmara, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, inclui no seu programa a inserção do seu concelho no Eixo da Romanização: Conímbriga-Rabaçal-Santiago da Guarda-Tomar; no Projeto *By Nature*; na rede dos Castelos e Muralhas do Mondego, além de destacar outros projetos na área do património, como “Penela Presépio”, a feira medieval, o teatro e a academia de música. Também em Cinfães, Armando da Silva Mourisco menciona a interligação da rota do Românico com as rotas locais e os núcleos museológicos.

Para finalizar, divulga-se aqui a proposta da rota do Montado de Sobro, que pretende “dinamizar uma oferta turística em torno do montado de sobro e da cortiça”, a partir do património existente na “região com maior produção de cortiça do planeta e, conseqüentemente, com um extraordinário património natural. Por outro lado, existe um exemplar quase único de património histórico industrial corticeiro, enquanto continuam a laborar várias unidades de média e de grande dimensão.” A sugestão apresentada pelos seus autores é a “criação de uma rota turística em que se articula o património industrial histórico e atual (Espaço Robinson em Portalegre e o *cluster* corticeiro em Ponte de Sor); ao património natural (montado de sobro da região, onde se destaca o percurso pedestre PR1 de Ponte de Sor, já devidamente sinalizado); às ofertas culturais existentes como o observatório do Sobreiro e da Cortiça de Coruche, o centro de Artes e Cultura de Ponte de Sor – onde se encontra o maior mosaico do mundo em rolhas de cortiça – e o museu municipal de Coruche; e, por último, não são esquecidas as atividades comerciais em torno de produtos gastronómicos, de comércio e de artesanato.” Neste projeto também se salientam os “sucessivos prémios de excelência internacionais com que a região tem sido galardoada. (...) A apresentação de uma rota turística diversificada, aliando, a partir de um dos mais importantes recursos endógenos do mediterrâneo ocidental, o *touring* cultural ao *touring* paisagístico, passando ainda pelo turismo enogastronómico, poderá ter o potencial necessário para captar turistas nacionais e estrangeiros...” Este discurso também inclui as certificações internacionais, tão importantes para a credibilização do projeto: “a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo iniciou recentemente uma candidatura do montado a Património da Humanidade, atribuição da responsabilidade da UNESCO.” O artigo conclui com: “a reabilitação do património industrial apresenta-se como uma forma de dinamização cultural das zonas que ficaram mais afetadas pelo encerramento de unidades fabris. Estes edifícios são readaptados a novas utilizações como museus, equipamentos

públicos, centros culturais, entre outros. (...) Partindo do montado de sobro e da cortiça, uma das principais riquezas patrimoniais do Alentejo, a criação de uma rota associada ao montado de sobro e à cortiça pode trazer inúmeras vantagens, já que permite a dinamização do território, o envolvimento da população e o aproveitamento de um recurso endógeno. (...). É nossa profunda convicção de que se esta rota for dinamizada, numa lógica de parceria entre a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, as autarquias locais, a indústria corticeira, proprietários florestais e empresas de animação turística, não só se valorizará os diferentes tipos de património da mesma, mas também constituir-se-á uma mais-valia económica para a região com a consequente criação de emprego e fixação de populações.” (Faisca et al., 2016).

Notas finais

O património vende e é sem dúvida usado como estratégia de atração. Funciona? Pelo menos sazonalmente pode dizer-se que sim, aliado ao período de férias dos emigrantes e aos festivais de música e feiras medievais que as câmaras promovem por todo o país e atraem uma população flutuante que dinamiza as economias locais. Como investimento mais duradouro e permanente ainda não podem apurar-se resultados significativos. As medidas postas em prática para o combate ao despovoamento e para o aumento demográfico nas zonas rurais só podem ser verificados no próximo censo de 2021. E a eficácia dos projetos políticos será validada ou não nas próximas eleições de 2017.

Até lá é necessária uma enorme recuperação económica que só será viável com investimentos na indústria e nos serviços que permitam a criação de emprego. Sem a conjugação de políticas públicas centralizadas e locais que invertam a tendência para o despovoamento e a desertificação não será possível diminuir as assimetrias regionais, especialmente entre o litoral e a proximidade dos grandes centros de Lisboa e Porto e todo o resto do interior do país. Para tal são necessárias elites locais dinâmicas que consigam transformar concelhos moribundos em espaços e territórios criadores de vitalidade e novas oportunidades. Estes líderes locais e empreendedores sociais têm de viver nos espaços rurais, estar envolvidos na comunidade e fazer parte da vida diária do mundo rural, para terem as condições e os conhecimentos adequados para criarem as condições de atração de novas famílias, promover emprego e ajudar de forma concreta na alteração do padrão demográfico. E, para além da consciência e sensibilização que já começam a demonstrar pelos temas da preservação e valorização do património, seja ele sob que forma for, terão também de pôr em prática medidas mais ativas e eficazes, pois até agora os efeitos ainda são muito reduzidos e temporários.

O que pode desde já afirmar-se é que o património é parte central do discurso político dos autarcas, especialmente nos concelhos de mais reduzida população, nos quais o termo tem uma multiplicidade de conceitos associada e desempenha um papel simbólico de valorização do território e das suas populações, práticas e costumes.

Agradecimentos

Este trabalho foi produzido no âmbito de uma investigação em ciência política realizada no CIES, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, com uma bolsa de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (BPD/92956/2013).

Referências bibliográficas

Almeida, Maria Antónia (2006). *A Revolução no Alentejo. Memória e Trauma da Reforma Agrária em Avis*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Almeida, Maria Antónia (2012). A Questão Agrária na literatura neorrealista portuguesa, *Revista Estudos Históricos*, vol. 25, nº 50, pp. 389-407.

- Almeida, Maria Antónia (2013). *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de Câmara e Governadores Cívicos, 1936-2012*. Lisboa, Escrytos, ISBN 9789892036632
- Almeida, Maria Antónia (2014). *Dicionário biográfico do poder local em Portugal, 1936-2013*. Lisboa, Escrytos, ISBN 9789892039886
- Almeida, Maria Antónia; Melo, Cristina (2007). As Novas Ruralidades: Do Lavrador ao Empresário Agrícola, Do Espaço Agrário ao Espaço Lazer, Márcia Motta (org.), *Terras Lusas: A Questão Agrária em Portugal*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, pp. 105-142.
- Alves, J. et al (2015). The impact of polytechnic institutes on the local economy, *Tertiary Education and Management*, 21 (2), pp. 1-18.
- Belchior, Ana; Silva, S.; Queiroga, V. (2015). Party Manifestos in Portugal – 1995-2015, Project “Public Preferences and Policy Decision-Making. A Longitudinal and Comparative Analysis”, PTDC/IVC-CPO/3921/2012, CIES, ISCTE-IUL.
- Bourdieu, Pierre (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel.
- Budge, Ian et al (2001). *Mapping Policy Preferences. Estimates for Parties, Electors and Governments 1945-1998*. Oxford: Oxford University Press.
- Carneiro, M.; Silva, D.; Brandão, V.; Figueiredo, E. (2015). Da Regulamentação à Promoção – o rural nos planos nacionais de turismo (1985-2011). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol. 53, supl.1, pp. 9-22.
- Carvalho, Manuel (2016). O Alentejo entre os aviões, a água e os chaparros. *Público*, 24-04-2016, <https://www.publico.pt/economia/noticia/o-alentejo-entre-os-avioes-a-agua-e-os-chaparros-1729777>.
- Cepiku, D., Mussari, R.; Giordano, F. (2016). Local governments managing austerity: Approaches, determinants and impact. *Public Administration*, 94 (1), pp. 223-243.
- Faísca, Carlos Manuel; Tavares, C.; Prates, C.; Botella, M. (2016). Um novo produto turístico para o Alentejo. A Rota do Montado de Sobro, Rangel, José Francisco; Faísca, Carlos Manuel; Bombico, Sónia; Mourisco, Pedro (eds.), *O montado de sobro e o setor corticeiro: umas perspectiva histórica e transdisciplinar*. Badajoz: Diputación de Badajoz, pp. 249-268.
- Fernandes, J. (2009). *O impacto económico das instituições do ensino superior no desenvolvimento regional: o caso do Instituto Politécnico de Bragança*, tese de doutoramento, Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho.
- Figueiredo, Elisabete (2008). Imagine there's no rural – the transformation of rural spaces into places of nature conservation in Portugal. *European Urban and Regional Studies*, vol. 15, nº 2, pp. 159-171.
- Guimarães, M. H.; Barreira, A. P.; Panagopoulos, T. (2015). Declínio Populacional nas Cidades de Portugal – Onde e Porquê. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, n. 40, novembro, pp. 23-38.
- Klingemann, H. et al (2006). *Mapping Policy Preferences II. Estimates for Parties, Electors and Governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003*. Oxford: Oxford University Press.
- Mafrolla, E.; D'Amico, E. (2016). Does Public Spending Improve Citizens' Quality of Life? An Analysis of Municipalities' Leisure Supply. *Local Government Studies*, 42 (2), pp. 332-350.
- Volkens, A. et al (eds.) (2013). *Mapping policy preferences from texts III: statistical solutions for manifesto analysts*. Oxford: Oxford University Press.